



**ELEIÇÕES REGIONAIS  
DA MADEIRA 2023**

# PROGRAMA ELEITORAL

## PARTIDO ADN

**O PROGRAMA POLÍTICO DO PARTIDO ADN – ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA NACIONAL É MAIS DO QUE UM MERO DOCUMENTO ELEITORAL, É UM VERDADEIRO COMPROMISSO COM A POPULAÇÃO DAS ILHAS DA MADEIRA E DO PORTO-SANTO.**

**ELEIÇÕES REGIONAIS DA MADEIRA 2023**

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>4</b>
<b>VIVER EM DITADURA, JAMAIS!</b> .....	<b>5</b>
<b>MOBILIDADE</b> .....	<b>6</b>
<b>SEGURANÇA</b> .....	<b>7</b>
<b>JUSTIÇA</b> .....	<b>8</b>
<b>FUNÇÃO PÚBLICA</b> .....	<b>9</b>
<b>PROTECÇÃO CIVIL</b> .....	<b>10</b>
<b>ECONOMIA E FINANÇAS</b> .....	<b>11</b>
<b>AGRICULTURA, FLORESTA E PESCA</b> .....	<b>14</b>
<b>TURISMO</b> .....	<b>16</b>
<b>JUVENTUDE</b> .....	<b>18</b>
<b>CULTURA</b> .....	<b>20</b>
<b>AMBIENTE</b> .....	<b>22</b>
<b>DIREITO À ÁGUA</b> .....	<b>23</b>
<b>PROTECÇÃO CIVIL</b> .....	<b>10</b>
<b>ECONOMIA E FINANÇAS</b> .....	<b>11</b>
<b>DIREITO À ÁGUA</b> .....	<b>23</b>
<b>LÓBI LGBT NAS ESCOLAS</b> .....	<b>24</b>
<b>AGENDA 2030</b> .....	<b>25</b>
<b>SISTEMA ELEITORAL</b> .....	<b>26</b>
<b>O ADN DEFENDE</b> .....	<b>28</b>

# INTRODUÇÃO



Numa época em que o Governo da República está a recorrer a um Plano de Recuperação e Resiliência para retirar o país de mais uma bancarrota provocada pelo Partido Socialista, novamente, a Região Autónoma da Madeira volta a ser discriminada, pelo que, perante a necessidade de salvar os madeirenses e porto-santenses da situação de grande dificuldade económica ou mesmo da pobreza com que a maioria diariamente se depara e enfrenta, apresentamos o programa eleitoral do ADN Madeira para as eleições regionais de 2023.

O nosso ADN é lutar contra os interesses dos políticos profissionais, dos partidos políticos corruptos e dos grandes grupos empresariais corruptores, em detrimento das necessidades dos cidadãos.

Nesse sentido, é tempo de dar oportunidade a quem não fez da política a sua profissão e de apoiar uma verdadeira Alternativa Democrática para a Região Autónoma da Madeira.

O Programa Eleitoral do ADN Madeira é inovador porque não pode ser catalogado de acordo com a velha dicotomia esquerda/direita e, ao contrário do que defendem todos os restantes partidos, tenta dar uma resposta política capaz de garantir as necessidades e realização dos objectivos pessoais de todos os madeirenses e porto-santenses nesta sociedade de incertezas, desumanização e lógica economicista.

É imperativo assegurar a participação efectiva dos cidadãos nas decisões colectivas, rompendo a muralha que se ergueu entre o povo e o poder político

O ADN Madeira afirma-se como alternativa sólida e credível, trazendo novas ideias e novos protagonistas para a política. Queremos atrair a maioria silenciosa constituída pelos cidadãos eleitores que se abstêm de votar, desiludidos da política e dos políticos carreiristas.

No estado actual em que nos encontramos, a neutralidade não é uma opção. Queremos atrair também os descontentes de todos os quadrantes políticos e ideológicos. Temos de convencer os eleitores a não continuarem a votar nos mesmos partidos por mero clubismo, apesar de estarem insatisfeitos com a governação da região e terem consciência de que esses partidos defendem apenas a manutenção das mordomias e privilégios dos seus dirigentes.

Queremos acabar com a corrupção ao nível do aparelho do Governo Regional, com o esbanjamento dos dinheiros públicos, com o compadrio, com o tráfico de influências. Queremos trazer os cidadãos sérios e trabalhadores para a actividade política. Queremos resgatar a democracia representativa das mãos daqueles que se comportam como donos dos votos e das consciências que trazem aos seus eleitores.

Queremos afirmar o ADN como a única alternativa capaz de pôr termo a este sistema político-partidário caduco, em que os mesmos dirigentes se eternizam no poder, apesar da sua incompetência e falta de honestidade.

Dia 24 de Setembro, não se esqueça, o VOTO ÚTIL é no partido ADN – Alternativa Democrática Nacional!

## VIVER EM DITADURA, JAMAIS!



O primeiro ponto do Programa Eleitoral do partido ADN tem como objectivo impedir que os madeirenses e porto-santenses sejam novamente prejudicados com leis, medidas e restrições inconstitucionais que nos fizeram viver numa ditadura entre 2020 e 2022.

Jamais iremos esquecer todos aqueles que ficaram impedidos de abraçar os seus familiares, inclusive o lhes ter sido negado o direito a estar junto deles nos últimos momentos de vida ou de realizar o funeral com dignidade, para além disso, muitos perderam o seu negócio e outros ficaram sem o seu rendimento mensal ou tiveram-no reduzido. A economia foi bastante afectada pelas decisões dos políticos do regime que se subjugaram aos interesses dos grandes laboratórios e farmacêuticas globalistas, mas foi no campo familiar e pessoal que todos mais perdemos.

O Estado de direito democrático e a nossa Constituição da República Portuguesa estão a sofrer um tenebroso ataque sem precedentes com os projetos de revisão constitucional, que foram encetados por iniciativa do Chega, e que, a reboque deste partido, o PS e o PSD, apresentaram e estão a discutir com o maior secretismo e nas “costas dos portugueses” numa Comissão Parlamentar presidida por Marta Temido, a ex-ministra da saúde, e como se verifica polivalente em todas as matérias do conhecimento, desde a saúde até ao direito constitucional.

Assim tanto o PS como o PSD, pretendem introduzir uma nova forma de detenção e de privação da liberdade de um qualquer cidadão, sem prévia decisão judicial, apenas mediante uma decisão administrativa, por e devido a suposta doença contagiosa, e que, como todos comprovámos, nos últimos dois anos, levou para a prisão dezenas de milhares de portugueses.

Para além de ilegais, são completamente inconstitucionais, porque todos os direitos fundamentais, precisamente aqueles que estão consagrados dos artigos 24º ao 47º da C.R.P. em caso algum podem ser abolidos ou sequer restringidos, podendo apenas serem alvo, de acréscimo ou de aumento, de algum outro direito, que veja a sua consagração, como fundamental.

E indubitável é o facto, que ambos estes partidos que estão no poder há 49 anos, pretendem “adicionar” mais uma forma de privação de liberdade sem prévio controlo judicial, para além das já existentes e constantes das alíneas a) a h) do nº 3 do artigo 27º, precisamente a alínea i).

Será que os portugueses vão dar de bandeja a sua Liberdade e Direitos Fundamentais e permitir que a nossa Constituição, nomeadamente no que se refere ao artigo 288.º, seja contornada e depois alterada ou vão apoiar o ADN, o único partido a defender a CRP, e ajudar a combater esta nova ditadura sem rosto?

Eleger o ADN no próximo dia 24 de Setembro é garantia de que não voltaremos a ter uma qualquer ditadura na Região Autónoma da Madeira e que também não se voltarão a repetir as cercas sanitárias ou as restrições e proibições de circulação irracionais que experimentámos nos últimos anos, nem admitimos que se volte a ter como hipótese a criminoso tentativa de quererem injectar à força as crianças entre os 5 e 11 anos, com a chamada “vacina covid-19”.

## MOBILIDADE

---



Há 5 anos o Parlamento madeirense aprovou uma recomendação que instava a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) a converter em "recomendações" os actuais limites obrigatórios de vento nas operações aéreas no Aeroporto da Madeira.

Passados todo este tempo, nada se fez, como é habitual num Governo Regional que se submete aos interesses dos burocratas do Continente.

O ADN exige que se mudem os actuais limites obrigatórios, pois os pilotos comandantes que voam de e para a ilha da Madeira são unânimes: os limites de vento para o Aeroporto Cristiano Ronaldo estão desatualizados, visto terem sido decretados em 1964 e definidos mediante um conjunto de voos locais efetuados com o avião DAKOTA da II Guerra Mundial, quando a pista tinha 1.600 metros, sendo que actualmente tem 2.781 metros.

Para além disso, durante muito tempo os actuais limites de vento não eram mandatórios, porque as autoridades aeronáuticas consideravam que não aumentava a segurança das operações, mas o que era recomendável passou a ser mandatório, trazendo avultados prejuízos para a Região.

O ADN defende que o poder da decisão de aterrar/descolar, tal como defendem os maiores especialistas do sector, deve estar a cargo do piloto comandante, como esteve durante anos e não da vontade de burocratas sentados a uma secretária em Lisboa, pois só assim salvaguardamos e defendemos a Região Autónoma da Madeira.

Relembramos que existem aeroportos tão ao mais difíceis de aterrar do que na Madeira, nomeadamente Las Palmas, Gibraltar ou Innsbruck, mas nenhum deles tem limites de vento obrigatórios.

Quanto ao Ferry, exigimos que o Governo da República assegure a ligação marítima de mercadorias e passageiros entre a Madeira e o continente durante o Verão (entre Julho e Setembro), pois só assim está assegurado o princípio da continuidade territorial, razão pela qual, os custos desta ligação devem ser imputados ao Governo da República.

Também defendemos que o Porto de embarque do Funchal, para quem quer viajar até Porto Santo, deva mudar para o Porto do Caniçal, onde existe mais espaço para garantir estacionamento gratuito a quem vai viajar e reduz o tempo de viagem, devido ao local de partida ser mais próximo da ilha de Porto Santo do que o Funchal.

Para além do conforto e da redução de tempo da viagem, o que também permite reduzir as tarifas, esta mudança permite aumentar a oferta do Porto do Funchal para os grandes cruzeiros que aqui atracam.

Estamos fartos das mentiras do Governo Regional que deixou de lutar pela autonomia dos madeirenses e dos porto-santenses, e dos sucessivos adiamentos da resolução de um dos maiores problemas que é imposto pelos burocratas do Continente à nossa Região!

## SEGURANÇA



A Madeira vive um clima de insegurança provocado pelas políticas do Governo Regional, que não se afastam das decisões tomadas na Assembleia da República.

Relembramos que no passado dia 19 de Julho, depois do PS e PSD (Bloco Central) terem elaborado e defendido dois projetos de lei a favor da descriminalização das drogas sintéticas, o parlamento português aprovou, com os votos a favor do PS, IL, BE, PCP, PAN e Livre, e a abstenção do PSD, uma nova lei que descriminaliza esse tipo de drogas.

O ADN defende que o combate contra as drogas, sintéticas ou de outro tipo, tem de ter mais empenho por parte do Estado para que, em particular, os adolescentes e jovens adultos não sejam apanhados num vício que destrói famílias, aumenta a criminalidade e desvia dinheiro do orçamento do Estado para criar salas de chuto e seringas grátis, ao invés de se investir verdadeiramente no SNS, ou apoiarmos condignamente todos aqueles que têm ou nasceram com incapacidades físicas ou mentais e os seus cuidadores, ou outras situações similares que merecem mais apoios.

O problema das drogas sintéticas na Região da Madeira é conhecido de todos e esta lei irá fazer aumentar o seu consumo e, inclusive, o próprio tráfico de estupefacientes, por isso, consideramos que esta lei foi aprovada contra os interesses da Região e de todos os Madeirenses e Porto-Santenses.

Esta situação irá aumentar, ainda mais, os índices de criminalidade, que já são dos mais altos do país, pelo que, caso não seja possível à PSP, em articulação com a GNR, por culpa das péssimas políticas do Governo da República em relação às necessidades das forças de segurança, garantir um patrulhamento que diminua drasticamente os índices de criminalidade na Região, o Governo Regional deve articular com as Câmaras Municipais a atribuição de licenças e a respectiva contratação de Guardas Nocturnos para resolver ou, pelo menos, ajudar a reduzir drasticamente o problema da falta de segurança nas ruas.

O ADN considera que recorrer à contratação de Guardas Noturnos é menos oneroso para o orçamento da região do que se optássemos por criar uma Polícia Municipal, que todos sabemos que é, imediatamente, colocada pelo poder local a multar cidadãos, em vez de fazer outros serviços bem mais importantes, como é o de garantir mais segurança à população.

Para além disso, os Guardas Nocturnos, normalmente, são ex-elementos das forças de segurança, com muita experiência, e extremamente dissuasores para os criminosos, o que é uma garantia de sucesso na diminuição da criminalidade na nossa região.

Mais uma vez, quem tem o dever de zelar pela nossa autonomia e segurança promove exactamente o oposto.



No âmbito da Justiça e do respeito pela legalidade, o ADN pugnará pela defesa do princípio do Estado de Direito, baseado na constitucionalidade das leis e na legalidade da Administração, na garantia dos direitos e liberdades individuais reconhecidos na Constituição, na Convenção Europeia de Direitos Humanos e na Carta de Direitos Fundamentais da UE, no acesso universal à justiça.

Temos um Tribunal Constitucional, e não só este, que - politizado organicamente - permite mutações corrosivas de valores fundamentais da vida social. Importa repensar o modelo misto de fiscalização da constitucionalidade, e especialmente no que concerne à composição e inserção global do TC.

O Partido ADN considera que a Autonomia não tem sido defendida pelo Governo Regional, principalmente sempre que é necessário recorrer ao Tribunal Constitucional para que este se pronuncie sobre algum assunto que diga directamente aos madeirenses e porto-santenses, pelo que, em vez dos partidos andarem a propor leis para haver quotas para mulheres, seria mais justo e lógico que a Região Autónoma da Madeira pudesse nomear um dos juízes do Tribunal Constitucional.

O Tribunal Constitucional, nos últimos anos, usualmente tem decidido contra os interesses da Região, nomeadamente no caso da nova Lei da Droga, em que houve falta de consulta dos órgãos de Governo das regiões autónomas da Madeira e Açores.

O ADN também defende que devia existir uma avaliação eficiente e responsabilização eficaz dos juízes, com reflexos, sobretudo, na sua progressão na carreira e que a designação dos Juízes do Tribunal Constitucional e do Procurador-Geral da República fosse feita através de eleição entre os seus pares e não por nomeação dos partidos políticos com assento parlamentar.





O Partido ADN quer acabar com a política de salários baixos que existe na função pública, bem como na disparidade de tratamento entre os altos cargos e os restantes trabalhadores da função pública.

Não podemos continuar a ter uma Função Pública dividida entre trabalhadores mal pagos e os muito bem remunerados, ou onde quem tem funções de responsabilidade acrescida e está directamente exposto ao perigo, como é o caso dos agentes das forças de segurança, dos oficiais de justiça e dos enfermeiros que são reiteradamente desprezados pelos nossos governantes, enquanto os altos cargos superiores, como juízes, oficiais da PSP e Administradores hospitalares são sempre beneficiados, em particular quando falamos de aumentos salariais.

Não aceitamos que uns dos principais responsáveis pela celeridade da Justiça, pela manutenção da Segurança Pública e pela nossa Saúde, nomeadamente os oficiais de justiça, os agentes da PSP ou guardas da GNR e os enfermeiros tenham salários indignos, sem aumentos justos à décadas, enquanto quem tem cargos superiores na Justiça, na Polícia e nos Hospitais, nomeadamente Juízes, oficiais da PSP e Administradores hospitalares, sendo estes últimos, na maior parte das vezes, pessoas sem a formação adequada, mas que estão a organizar e a dirigir médicos, têm aumentos anuais muito acima das percentagens que são atribuídas aos restantes trabalhadores da função pública.

O partido ADN não pactua com esta forma de governação, em que para uns há tudo e para outros não há nada, e pretende dirimir as diferenças abissais salariais que existem, não apenas nestas classes que salientámos, mas em toda a função pública. Todavia, também é necessário haver mais escrutínio sobre os trabalhadores da função pública, pois não podemos continuar a ter bons trabalhadores e maus trabalhadores com o mesmo tratamento e salários, isto, sem ser possível dispensar quem dá má fama à função pública.

A Função Pública da Região Autónoma da Madeira não pode estar assente numa política de baixos salários, pois, ninguém fica a ganhar com este tipo de governação. Temos de mudar mentalidades na função pública e, por isso, o ADN quer trazer o funcionalismo público para o século XXI, onde não pode haver fosos salariais enormes e os melhores e mais produtivos são compensados pelo seu trabalho.



Consideramos desajustada a estrutura de custos que vem sendo afetada à prevenção e ao combate de incêndios na floresta. Há uma clara e inaceitável desproporção entre os valores envolvidos no combate aos incêndios e os referentes à sua prevenção, numa política de remediar o que não se preveniu.

As despesas com o combate aos incêndios na Região Autónoma da Madeira não abrangem dispositivos aéreos, pois o Governo Regional defende que o custo/benefício, e neste caso estamos sempre a falar de vidas humanas e bens materiais indispensáveis à população, é despropocional, algo que consideramos ser uma total falta de consideração pelos madeirenses e porto-santenses.

Importa assegurar meios aéreos de combate a incêndios, nomeadamente helicópteros e aviões, mas passando esta tarefa a ser desempenhada pela Força Aérea, em ordem a poupar as volumosas despesas que inexplicavelmente existem.

O ADN entende que também se deve inverter esta ameaça que acompanha a nossa floresta e, por isso, a prevenção é prioritária.

Importa avançar com soluções mais eficazes e redefinições de posições, desde a vigilância móvel, maiores apoios à sensibilização e aos gabinetes técnicos florestais, assim como apoios às equipas de sapadores florestais.

A vigilância dos espaços florestais é decisiva, particularmente a vigilância móvel, dado que as origens das ocorrências se repartem, geralmente, por fogueiras, queimadas e incendiarismo criminoso e reacendimentos o que comprova a importância decisiva da vigilância.

Relativamente às corporações de Bombeiros, o partido ADN defende para a Região Autónoma da Madeira, mas também para todo o território nacional, que estas devam ser todas profissionais, para não dependermos da boa vontade destes heróis que são os bombeiros voluntários, nem de festas oferecidas pelo Governo aos bombeiros da Região a dias do início da campanha eleitoral.

Sem colocarmos em causa o esforço e o altruísmo dos bombeiros voluntários, a quem todos temos de agradecer, temos de ter em conta que um bombeiro é profissional ao fim de 1.100 horas de formação, enquanto um voluntário apenas precisa de 250 horas, ou seja, faz sentido termos as pessoas mais capacitadas para lidar com as adversidades que alguns socorros implicam.

O Governo Regional e o Estado português não podem continuar a depender da vontade dos bombeiros voluntários para estes se apresentarem ao serviço ou da sua disponibilidade em relação ao trabalho que têm fora das cooperações e, com isso, poupar dinheiro para depois irem gastar em coisas supérfluas como festas para os bombeiros. A região tem problemas cíclicos de cheias e aluvião, que têm de ser estudados e prevenidos por quem tem capacidade para avaliar os riscos, atenuar os riscos e as vulnerabilidades do terreno, prédios, etc, e isso só se consegue com recurso a profissionais.

Não podemos esquecer que temos falta de bombeiros na Região, mas também temos uma elevada taxa de desemprego que é superior à do continente ou dos Açores, que afecta principalmente os jovens, pelo que, esta solução iria criar mais empregabilidade no arquipélago, mas é preciso que a maioria na Assembleia da Madeira apoie a única solução viável, que é profissionalizar os bombeiros, em vez de os partidos andarem a promover festas ou a fingir que em época de eleições apoiam novos estatutos para os bombeiros.



Na economia, criaremos condições para o aumento da competitividade das empresas, procurando reduzir os custos da energia, melhorar e embaratecer os transportes e criar condições para um efectivo acesso ao crédito como expressão da garantia de liberdade de empresa e de investimento. Travaremos um combate sem tréguas à corrupção, com um foco especial na corrupção activa.

Desencadaremos dinâmicas de apoio às empresas privadas, em particular as micro, pequenas e médias, já que são estas o verdadeiro motor da criação de empregos numa economia de mercado. Não é o Estado nem as instituições públicas que criam emprego, mas sim as empresas privadas, sendo para isso necessário atrair e promover o investimento privado.

É, pois, urgente, criar um clima de confiança nos empresários que os leve a fazer mais investimentos.

Mas, enquanto promoveremos um clima novo de confiança para os empresários, em particular aos micro, pequenos e médios empresários.

Importa reforçar a luta contra a fraude fiscal, com redução de taxas, mas agravadas com penalização para os prevaricadores, designadamente com apropriação justificada do património pessoal.

A fuga e fraude fiscal assim como desvios bancários que impliquem depois o dinheiro dos contribuintes devem ser qualificados como crimes contra o Estado, ao agredirem o interesse coletivo. Importa penalizar a distribuição de dividendos enquanto as empresas mantenham dívidas por saldar, procurando antes estimular que eles sejam reinvestidos pela empresa ou pelo titular dos lucros, fora do mercado de capitais.

O IVA tem de baixar globalmente, começando pelos bens essenciais de consumo.

O actual agravamento da crise económico-social e os problemas do mundo financeiro evidenciam e comportam elevados perigos para a vivência democrática e para a acentuação futura desses problemas económicos e sociais, com amplitude e gravidade não contornadas enquanto se mantiver a continuação da política que a provocou.

Impõe-se, por isso, urgentemente a rutura com esta política os próximos anos constituem a oportunidade decisiva para a construção de uma política alternativa onde a cidadania não seja meramente nominal, mas se construa, cada vez mais, rumo ao aprofundamento contínuo da dignidade da “pessoa humana” e da garantia do pleno emprego

Os governos do futuro não podem insistir nos excessos de austeridade, quer no plano de impostos abusivos e nas suas vertentes confiscadoras dos cidadãos, quer no das medidas de regressão do Estado social e de outras áreas de imprescindível investimento público.

Queremos que se paguem apenas impostos razoáveis.

Há que reformular o chamado modelo do Estado Social, para que os abusos praticados por quem vive no conforto dos subsídios atribuídos sem qualquer escrutínio, sejam impelidos a dar o seu contributo à sociedade.

Não queremos que os trabalhadores, os reformados e a generalidade da população continue a viver com a actual crescente dificuldade no acesso a serviços essenciais, como os da saúde, apoio ao desemprego e educação.

Temos, hoje e sem fim à vista, um ambiente generalizado de crise de valores e vivencial. E, pior que tudo, com falta de confiança no futuro do país.

Vivemos uma crise económica, financeira, social e moral, que está a ser paga pelos trabalhadores, reformados e pequenos e médios proprietários e empresários. Num país crescentemente mais pobre, mais injusto, mais dependente do exterior e menos democrático.

A qualidade de vida dos portugueses tem vindo a piorar. Ter emprego já não é sinónimo de estabilidade financeira.

Ampliaram-se os instrumentos legais para o aumento da precariedade da situação dos trabalhadores, assim como a tendência para baixos salários ou a sua diminuição na generalidade, na linha do exemplo das políticas seguidas na Administração Pública.

Convivemos com baixos salários e questionamento das reformas e, simultaneamente, com crescentes remunerações dos quadros dirigentes do mundo financeiro e da generalidade de sectores não transacionáveis e de capital social difuso. Mesmo à custa de riscos inusitados, propiciadores da hiperbolização de lucros dos grandes grupos económicos, em particular no sector financeiro.

O baixo valor das reformas e pensões viu-se agravado pela inflação provocada pelas irracionais medidas de combate à pandemia e às absurdas sanções económicas à Rússia que têm apenas sido a desculpa para se aumentar criminosamente as taxas de juro do BCE.

Em termos de obras públicas, impõe-se uma estratégia global de sustentabilidade para a nossa economia regional com medidas concretas e transversais da reativação económica com um calculado apoio público que seja necessário, não só em investimento direto, que possa financiar-se mediante recursos procedentes da reforma e combate à fuga fiscal e da imprescindível revisão da política actual de grandes obras e infraestruturas (portos, aeroportos, etc.).

Em causa tem de estar uma estratégia global que permita a sustentabilidade das grandes obras em infraestruturas.

Estamos contra a manutenção de uma política fiscal injusta, assente em benefícios para as grandes empresas, a banca e as actividades especulativas, e na penalização dos rendimentos dos trabalhadores e dos reformados.

Rejeitamos a imposição de regras rígidas e sem exceções referentes ao défice público, com a diminuição drástica do investimento público, mesmo reprodutivo e propiciador do emprego, com insuficiência e desaproveitamento dos fundos comunitários, em conjunto com cortes brutais na despesa social, o que contribuiu fortemente para a recessão económica, com forte destruição do aparelho produtivo e empobrecimento do País, cavando cada vez mais a nossa crescente divergência face o crescimento económico médio da União Europeia

Queremos ter políticas de dinamização da economia e do bem-estar geral.

Não podemos confiar na propaganda governamental sobre a melhoria da situação macroeconómica, que naturalmente não se deve a alterações ou êxitos das políticas económicas recessivas e distantes da promoção do enriquecimento do país, mas fundamentalmente a fatores externos, tais como o preço do petróleo, o valor do euro e a expansão monetária do BCE.

Em matéria fiscal, necessitamos de uma reforma integral, mudando o imposto sobre os indivíduos e famílias, de modo que ele dependa essencialmente da capacidade económica dos indivíduos, não subindo impostos para as classes médias, perseguindo a fraude fiscal, reformando também o imposto sobre as empresas, distinguindo-as segundo a sua natureza e de modo que as sociedades contribuam em justa medida para a receita nacional.

Em matéria de competitividade, há que promover políticas de acesso ao crédito e redistribuição da riqueza, uma análise reponderativa visando uma adequada e acordada reestruturação de dívidas privadas de particulares e pequenas empresas em risco de perder o seu negócio e das famílias em risco de perderem a sua casa, actualizar pensões de modo que não se perca poder aquisitivo, reduzir as assimetrias e reduzir a pobreza e os entraves à igualdade de oportunidades.

Deve ampliar-se o esforço no sentido de melhorar a qualidade dos recursos humanos, com a devida valorização do capital tecnológico e humano, para se poder concorrer no plano do comércio externo com valor acrescentado.

Importa reanalisar a fiscalidade numa perspetiva do desenvolvimento económico, sem esquecer as necessidades das finanças públicas, mas também desagrar as injustiças da tributação do património imobiliário e regularizar a justa tributação dos capitais.

O sistema fiscal tem de actuar com eficácia, mas em respeito pelos contribuintes. Não pode actuar à margem da lei ou de acordo com leis criadas apenas para legitimar práticas que tornam a administração fiscal mais próxima de um estado terrorista do que de um estado de direito democrático. A administração fiscal tem de ser efetivamente jurisdicionalizada, ou seja, tem de respeitar os direitos dos contribuintes, sem prejuízo do direito de cobrar os impostos efetivamente devidos.

Por outro lado, o Estado não pode ter dois pesos e duas medidas, consoante seja credor ou devedor. O Estado tem de aplicar a si próprio o mesmo rigor que aplica aos contribuintes; não pode isentar-se do que exige aos cidadãos e às empresas. Por isso, estudaremos a possibilidade de criar uma conta corrente com cada um dos contribuintes, nomeadamente empresas, de modo que os créditos sobre o Estado possam ser automaticamente abatidos nas dívidas fiscais.

O ADN defende uma profunda reforma do sistema fiscal, pugnando pela abolição do IMI e do IMT, e uma redução substancial do IVA, do IRS e do IRC. Impõe-se uma nova política tributária, que deve ser concertada com o Governo da República.

Dizemos não às taxas de IVA excessivas e ruinosas.

Temos de aplicar um IVA muito reduzido para bens e produtos básicos e sectores mais frágeis ou de forte interesse para a nossa balança de pagamentos, compensado com a redução de fuga a este imposto.

Há que definir transparentemente os sistemas de provisões e de dedução do IVA.

## AGRICULTURA, FLORESTA E PESCA



Na agricultura, importa deixar de assentar as políticas apenas na maximização do encaixe de subsídios e ajudas comunitárias; não tributar os apoios europeus veiculados por programas financeiros dirigidos aos agentes económicos; conseguir o reconhecimento da especificidade da nossa agricultura; privilegiar não só as áreas de produção alimentar como os sectores onde temos vantagens comparativas; promover fortemente uma investigação, experimentação e demonstração a favor da agricultura regional; levar a alterações comportamentais em termos de fisco, defender o pequeno agricultor e as pequenas actividades económicas em meio rural; regular e de modo transparente para o consumidor a formação dos preços, evitando que entre a produção e a distribuição, nos diferentes produtos surjam “empolamentos” injustificados; efetuar análise económica e não política, dos grandes projetos independentemente da sua dimensão financeira.

No âmbito da política florestal, atacar organizadamente os problemas sanitários da floresta, promover a plantação de espécies de maior valor ecológico e avançar com novos modelos produtivos; adoptar uma política anti-incêndios assente na prevenção, afastando as lógicas dos desajustadas dos grupos de pressão, proceder à simplificação legislativa sobretudo nos domínios dos instrumentos de planeamento e ordenamento, de licenciamento de actividades de corte, de pesca em águas interiores, de caça e de defesa contra incêndios.

O ADN vê o mar português como algo de fundamental para a sua estratégia futura de desenvolvimento económico e a criação de emprego. Ainda não há a percepção pelos agentes económicos, de uma aposta pública no fomento de actividades económicas ligadas ao mar.

O mar é de extrema importância na afirmação de Portugal no mundo e na Europa, o que se revela ainda mais necessário quando se vive numa ilha.

No campo das pescas, há que cadastrar a superfície marítima; realizar um inventário dos recursos haliêuticos; relançar o setor da pesca longínqua; ajustar os custos de exploração (crédito, seguros e combustíveis); rever de modo transparente o funcionamento da cadeia de distribuição, diminuindo as suas margens de lucro, garantindo mais valor para os pescadores; dignificar as competências dos trabalhadores do setor; apoiar as comunidades piscatórias costeiras; estimular a criação de sociedades mistas com países terceiros detentores de recursos e em geral integrar a política para as pescas numa política mais vasta de valorização da economia do mar e de exploração de novas oportunidades.

Na piscicultura tem havido uma sobre-exploração desta actividade, a qual tem causado mais prejuízos do que benefícios à ilha da Madeira.

Os viveiros de piscicultura na Madeira têm tido um enorme impacto no ecossistema marítimo, mas como só daqui a algumas décadas iremos conseguir constatar o seu real alcance, pois, ao poder político apenas interessa o imediato e os interesses financeiros de alguns falam mais alto do que o superior interesse da Região e de todos os Madeirenses, vamos continuar a ter de suportar fezes a boiar nas nossas praias e a degradação da qualidade da água do mar, prejudicando os peixes e outros organismos aquáticos.

O partido ADN exige que, dada a natureza impactante da piscicultura na Madeira, é importante criar regulamentações rigorosas para garantir a protecção do ambiente marinho e a saúde dos consumidores, bem

como garantir o monitoramento contínuo supervisionado por entidades independentes para avaliar os efeitos desta actividade e tomar medidas corretivas imediatas sempre que necessário.

Temos de avançar rapidamente no plano das políticas para o mar, como fonte de riqueza, em bens e emprego.

Há décadas que tem havido um abandono do mar. A nossa frota de pesca longínqua foi desmantelada no período pós- adesão à UE.

Temos de reforçar sistematicamente a nossa capacidade de prospeção, de exploração, de monitorização e de vigilância sobre os recursos marítimos.

Urge fazer uma avaliação pormenorizada do valor dos clusters marítimos, com organização de uma base de dados marítima acessível, sendo essencial o conhecimento das riquezas do mar, designadamente através da robótica, indústria a apoiar.

Os incentivos, apoios à comercialização de novos produtos e políticas activas de subsídios devem orientar-se prioritariamente para o seu desenvolvimento, desde a biotecnologia, energias renováveis (eólica, ondas, correntes, marés), robótica, mineração dos fundos marinhos (solo e subsolo), pescas e processamento do pescado, turismo, transportes e construção naval, aquacultura, interligando empresas, universidade e investigação.

Há que acabar com a actual excessiva burocracia e não simplificação de processos de licenciamento em iniciativas de PME, designadamente na aquicultura, em que deve ser promovida a nossa capacidade de exportação; devendo aqui também apostar-se na pesquisa para prevenção de doenças.

Os investimentos nas pescas/mar realizados nos diferentes períodos de programação financeira e nas diferentes legislaturas, têm sido muito inferiores aos realizados na agricultura.

A actividade piscatória não será económica e socialmente viável se não for garantida a qualidade do pescado e, sobretudo, a qualidade dos mares onde os peixes são capturados. Para isso é necessário que a União Europeia desenvolva políticas que mobilizem os pescadores para o combate e denúncia das acções ou actividades que degradem a qualidade ambiental dos nossos oceanos. Os pescadores, mais do que os legisladores europeus, estão interessados na qualidade dos peixes que capturam e, por isso, podem ser os melhores aliados da União Europeia na realização de políticas que protejam a qualidade dos oceanos e dos seus peixes.

Por outro lado, as medidas legislativas da UE sobre pesca têm de ter em conta a pluralidade de situações a que se destinam. Devem tratar igualmente o que é igual e desigualmente o que é desigual. Em matéria de proibições a UE não pode impor o mesmo rigor ao pequeno pescador artesanal que luta corpo a corpo com o mar pela sua sobrevivência e a da sua família e aos arrastões de grandes empresas que geram vultuosos lucros para acionistas totalmente desligados dessa actividade económica. Alguns barcos das grandes empresas capturam num dia o que um pescador artesanal demora vários meses a pescar. Também por isso, na hora das proibições tem de se ter em conta a contribuição de cada um para a situação que se quer reverter.



Quanto à política de turismo, consideramos que o papel do turismo na Região exige a diferente e adequada intervenção pública, no sentido de maximizar a contribuição do turismo para a economia.

A relação entre o turismo e a cultura é muito forte, aparecendo ele como instrumento de produção cultural, mas também de viabilizador de conhecimento e encontro de culturas e como criador de relações com valores territoriais já adquiridos, promovendo o acesso à cultura e à diversidade identitária de locais e povos, face a heranças artísticas e históricas e estilos de vida e de produção.

A eleição de produtos turísticos depende de vários fatores, desde recursos existentes à estratégia pretendida de desenvolvimento turístico (mar, sol, serra, termas, etc.).

Mas, a Região Autónoma da Madeira, na sua imensa e diversificada riqueza de recursos naturais, deve ter uma política de pluralização de produtos, que o torne menos sazonal e vulnerável em épocas de crise ou face a novos destinos concorrentes, com sobrecargas em certas zonas e degradação ambiental, com harmonização e valorização do existente para oferecer rentavelmente, criando condições para ofertas alternativas, com o aproveitamento de recursos que tendem a deteriorar-se e eliminação de assimetrias de desenvolvimento regional, de modo que cada uma das opções a apostar no futuro se possa concretizar com êxito.

Temos de apostar não apenas no sol, mas na criação de produtos turísticos de qualidade que favoreçam a criação de empresas e empregos locais em áreas com grande aptidão face ao património natural e construído, que garantam uma utilização durável dos recursos existentes.

Há que identificar e valorizar todos os tipos de alojamento turístico.

A política de turismo deve integrar de maneira flexível todas as modalidades de alojamento turístico no âmbito da política de turismo, criando valor a partir das dinâmicas económicas e sociais que estão na base de cada uma delas.

O modelo legal do turismo residencial, apesar de melhoramentos legislativos, exige ainda uma revisão mais adequada do regime de propriedade horizontal e de loteamento urbano, para propiciar estabelecimentos de turismo residencial que não comprometam a sua sustentabilidade.

Quanto à relação entre turismo e ambiente, as atenções devem virar-se para a sustentabilidade ambiental, condicionando ou impedindo excessos no licenciamento e edificação urbana no seio de perímetros urbanos consolidados, desajustamentos em infraestruturas públicas ou desprezar a recuperação ambiental dos grandes estabelecimentos de turismo residencial.

Por tudo isto, o ADN quer garantir condições para que a “galinha dos ovos de ouro” da Região Autónoma da Madeira, ou seja, a indústria do turismo, não acabe ou diminua de tal forma que, por sua vez, venha a aumentar o número, já por si elevado, de desempregados. Para que isso nunca venha a acontecer, temos de diversificar e não estar somente à espera de que os turistas escolham a nossa região para passar férias ou viver devido ao clima ameno e à beleza natural das nossas ilhas, sem nos preocuparmos mais nada e, como diz o velho ditado português, ficarmos “sentados à sombra da bananeira à espera de que algo aconteça”.



Consideramos que é urgente mostrar ao mundo que a Madeira e o Porto Santo têm condições únicas para serem o palco de vários eventos internacionalmente famosos, como é o caso do “Red Bull Cliff Diving World Series”, pelo que, no caso de sermos eleitos no dia 24 de Setembro, tudo faremos para que este seja o primeiro evento a conseguirmos trazer para a nossa Região, a fim de projetarmos, ainda mais, por esse mundo fora, o nome da Região Autónoma da Madeira e ajudarmos a garantir mais empregabilidade e um turismo jovem.

Neste momento a Região Autónoma da Madeira beneficia com o facto de, infelizmente, estar a acontecer uma guerra no Leste Europeu, nomeadamente na Ucrânia, mas quando a guerra terminar ou algo se alterar neste conflito, a nossa Região pode vir a ter um decréscimo abrupto dos números do turismo, o que, por sua vez, irá afectar todos os restantes sectores de actividade.

Precisamos investir em infraestrutura aeroportuárias e no transporte público, para facilitar o acesso e a movimentação dos turistas na região e trazer uma maior comodidade aos residentes. Temos ainda de atender a diferentes tipos de turistas e desenvolver instalações de entretenimento e lazer, como parques temáticos, centros de convenções e áreas comerciais, sem esquecer que o nosso foco será sempre a protecção e a preservação dos recursos naturais e culturais da região, evitando a superexploração e o turismo predatório.

Melhorar o sector do turismo é um processo contínuo que requer um planeamento estratégico e um comprometimento a longo prazo. É importante equilibrar o crescimento do turismo com a sustentabilidade e a preservação dos recursos da região. É por isso que também defendemos um turismo sustentável, envolvendo as comunidades locais na gestão e preservação do património cultural e natural.



O combate ao inverno demográfico que atravessamos pressupõe também uma política de apoio à juventude, incentivando-a a constituir família e não a abandonar a Região. Conclamaremos os jovens a que não emigrem e a que lutem aqui, nas suas ilhas, pelo futuro a que têm direito. Diremos à juventude madeirense e portosantense que a hora é de resistência – aqui, nas ilhas que os viram nascer, porque este arquipélago também é deles e eles são a mais sólida garantia do futuro da Região Autónoma da Madeira

Aos jovens faremos, também, a pedagogia da honestidade e da honradez por contraposição ao egoísmo e oportunismo que tão disseminados estão na vida política, sobretudo na actuação dos dirigentes políticos e partidários. Os jovens portugueses compreenderão, estamos certos, que a honestidade será em breve uma vantagem competitiva em todos os domínios da vida social, ao contrário do que acontece agora, em que ser honesto implica muitas vezes prejuízos ou desvantagens em relação a quem o não é.

Deve ser estimulada a prática do “movimento” em todas as etapas da vida dos portugueses. As crianças e jovens apresentam-se cada vez mais obesas e a população está a viver mais tempo, mas aumentam as “doenças da civilização moderna”.

Há que fomentar e proporcionar uma maior qualidade de vida, através do desporto.

Defendemos uma atitude pública proactiva na concertação de vontades e de dinâmicas visando as práticas motoras formais e informais de modo a abarcar o maior leque populacional.

Defendemos todo o apoio aos potenciais talentos e atletas já consagrados, olímpicos e paraolímpicos, designadamente através de incentivos para desenvolverem plenas qualidades técnicas e servirem de referência positiva a toda a comunidade.

Os poderes públicos devem criar condições para que os atletas treinem as horas necessárias para atingir níveis de excelência em termos nacionais e internacionais.

As áreas de intervenção prioritária são a da motricidade de crianças, jovens e idosos; o desporto escolar, desporto associativo e federativo (criando-se bases de dados nacionais, onde as federações podem recrutar os jovens com as melhores características físicas, necessárias para as diferentes modalidades), desporto autárquico, desporto universitário, desporto olímpico ou para olímpico.

Os objectivos estratégicos que nos propomos seguir são a promoção da prática da atividade física e desportiva, em todas as faixas etárias, sem discriminações de qualquer natureza, para melhorar a qualidade de vida dos portugueses; a criação de condições para a elevação do nível qualitativo e quantitativo do nosso desporto, agentes desportivos e instituições ligadas ao movimento associativo, em termos nacionais e internacionais; o aumento e a modernização dos espaços de prática desportiva, formais e informais, em colaboração com os diversos atores da sociedade civil.

Para operacionalizar estes objetivos, queremos efetivar a criação, com o apoio das autarquias, de um plano nacional de fomento da prática da actividade física da população idosa.

Há que reforçar a atividade física no primeiro ciclo do ensino básico; dotar todas as escolas do ensino básico de infraestruturas para a prática da atividade física e desporto.

É importante reforçar o financiamento do sistema desportivo associativo, através das federações; incentivar a realização de grandes eventos internacionais, promovendo o nosso arquipélago, procurando a descentralização e assegurando o envolvimento da Região; estimular a prática desportiva fortalecendo a parceria entre o turismo, desporto e a economia; realizar, com o apoio das Federações desportivas, os “Jogos da diáspora”, ajudando a reforçar os laços e a ligação com os portugueses espalhados pelo mundo e reforçar os Jogos da lusofonia.

Pretendemos promover o convívio familiar e entre jovens através da prática de exercício físico ao ar livre, propondo fazê-lo através da criação ou requalificação de espaços desportivos destinados para o efeito e de acesso gratuito.

Queremos que as famílias e os jovens madeirenses e porto-santenses tenham direito às mesmas coisas que têm todos aqueles que residem no continente, não podemos continuar a ser tratados como cidadãos de segunda. Na nossa Região não existem suficientes espaços ao ar livre gratuitos para a prática de exercício físico, nomeadamente parques desportivos que tenham equipamento de fitness, tabelas de basquetebol, balizas ou desportos radicais.

Depois de dois anos em que os jovens foram aprisionados em casa ou obrigados pelo Governo Regional a inocularem-se com substâncias experimentais sempre que pretendiam sair e divertir-se com os seus amigos, é extremamente importante, do ponto de vista da saúde e do lazer, garantir que eles têm todas as condições para voltarem a conviver de forma natural, pelo que, não há nada melhor do que fazê-lo usufruindo do espaço público, a praticar desporto ao ar livre e gratuitamente.

Praticar desporto ao ar livre oferece uma ampla variedade de benefícios para a saúde física, mental e emocional, nomeadamente a exposição ao ar fresco e à luz solar, que é essencial para a saúde dos ossos, sistema imunológico e bem-estar geral, aumenta a resistência cardiovascular, reduzindo o risco de doenças cardiovasculares, diminui o stress, a ansiedade e a depressão, permitindo que nos desconectemos das demandas da vida quotidiana.

Desta forma, o partido ADN também tem como objectivo que os jovens deixem de se sentir aliciados para actividades que os prejudicam física e mentalmente, porque, podendo o desporto ao ar livre ser praticado em grupo, vai promover a socialização e a construção de relacionamentos. Isso pode ajudar a combater a solidão e aumentar o senso de comunidade, mitigando os efeitos dos fenómenos de exclusão social.



Não podemos continuar a olhar a cultura como algo acessório, de importância secundária na afirmação regional ou nacional, uma figura ornamental, que recolhe as sobras do Orçamento Regional.

Para a política dominante, a cultura tem sido um epifenómeno, uma abstração que se resume a pequenos investimentos e à dádiva de meia dúzia de subsídios, sem uma estratégia de longa duração que preserve o essencial do Património que identifica a Região Autónoma da Madeira.

O ADN vê a Cultura como um direito inalienável e promoverá uma política cultural que leve à defesa intransigente do nosso arquipélago.

Assumimos a Cultura como um direito de cidadania e um recurso económico, reconhecendo o investimento público neste domínio como um incentivo à receita, interrompendo o hábito político de olhar as suas valências pelo lado da despesa. A economia cultural é importante, devendo reforçar-se a estruturação do sector económico da cultura e encorajar-se as operações de mecenato cultural.

O ADN defende a proteção e valorização do património, conservando e melhorando os diferentes patrimónios e tornando-os acessíveis; o apoio à criação artística, atribuindo apoios aos artistas; o ordenamento do território e o reequilíbrio cultural, consolidando o tecido dos equipamentos coletivos e favorecendo a emergência dos locais de proximidade (museus, salas de espetáculos, bibliotecas); a educação artística e cultural, favorecendo a formação em matéria cultural e artística; ajudas ao funcionamento das escolas de música e de artes plásticas, conduzindo operações de parceria com o ministério da educação nacional para promover a educação artística no meio escolar e universitário (criação de ateliers de prática artística e de residências de artistas e ações de formação de docentes e actores culturais).

O ADN defende o investimento na requalificação do património histórico nacional e regional, em todos os domínios, desde a reabilitação de centros históricos e monumentos, por forma a construir redes regionais de conhecimento e atração de interesse turístico interno e externo; a proteção e divulgação de todas as expressões culturais regionais, arquitetónicas, paisagísticas, artísticas, etnográficas, gastronómicas, com o propósito de democratizar a Cultura em todo o arquipélago da Madeira; a criação de uma verdadeira política de museus e, no domínio das artes, uma política que presentifique, conserve e projete a Cultura portuguesa, madeirense e porto-santense; medidas que garantam o valor patrimonial das ‘artes efémeras’, assegurando a memória e a originalidade, como os roteiros gastronómicos, vitivinícolas e a promoção do turismo rural.

A cultura é quem nós somos e o que desenha a nossa identidade. É mais do que um dever colocar a cultura no coração das políticas de desenvolvimento e a única forma de garantir um desenvolvimento centrado no ser humano que seja inclusivo e equitativo, contrariamente ao que é praticado pelo nosso governo.

A cultura foi uma das áreas mais afetadas pela pandemia e um dos primeiros segmentos sociais paralisados.

A crise da economia na cultura levou a centros culturais paralisados e, logo, sem recursos financeiros; trabalhadores da cultura desassistidos em precárias condições de vida e de sobrevivência.

Políticas culturais totalmente paralisadas e sem qualquer sensibilidade relativamente às necessidades dos artistas e agentes culturais.

Assistimos continuamente a medidas sem consciência em reconhecer o papel da cultura como um factor do desenvolvimento urbano inclusivo e afirmativo.

Perdeu-se totalmente a consciência do papel fundamental que a cultura pode representar na promoção da segurança e como pilar para a Paz e Desenvolvimento da Sociedade. Acreditamos que os valores culturais são absolutamente necessários e essenciais para alcançar o desenvolvimento, preservar a identidade e garantir o “Viver Bem”. Assim, vida, convivência e complementaridade misturam-se harmoniosamente em benefício das comunidades e nações.

A cultura transforma e promove no contexto local, regional e nacional, uma mudança económica, ambiental e social equilibrada e envolve linguagem, valores, comportamentos, padrões, instituições, conhecimentos e capacidades humanas e memórias individuais e coletivas que dão sentido à existência humana e sem as quais, esta se torna pobre e miserável.

Consequentemente, as dimensões da cultura revelam-se na política, na economia e na vida social em geral. Incluir valores, padrões, ideias e comportamentos que proporcionem harmonia entre os seres humanos e o planeta Terra. A cultura é o substrato primordial para que as gerações actuais se sintam estimuladas pelo presente e renovem o seu legado ancestral.

Sendo assim o ADN deseja promover urgentemente medidas adequadas que apoiem a cultura da nossa Região, e do património cultural que é nosso dever proteger.



Compete ao Estado a realização da política de ambiente, tanto através da acção directa dos seus órgãos e agentes, intervindo nos diversos níveis de decisão local, regional, nacional, europeia e internacional, como através da mobilização e da coordenação de todos os cidadãos e forças sociais, num processo participado e assente no pleno exercício da cidadania ambiental.

Queremos reformular o próprio conceito de ecologia, enquanto elemento da cultura de protecção do ambiente, introduzindo-lhe aperfeiçoamentos dogmáticos que o adaptem às exigências da actualidade. É, pois, imperioso aportar uma nova densidade ao seu conteúdo de modo a torná-lo preponderante na sua relação com a economia. Etimologicamente, ecologia significa conhecer a casa e economia significa arrumar a casa. Ora, como facilmente se constata, só se poderá arrumar bem uma casa se a conhecermos bem, ou seja, a economia não pode ter prioridade, na hierarquia social de valores, em relação à ecologia. Por outras palavras: a economia tem de respeitar a ecologia, mas não podemos criar mitos ecológicos para que ideologias extremistas imponham os seus objectivos.

Há três temas centrais que, hoje, nos preocupam: o do incumprimento das normas de defesa do ambiente, o da transparência da actuação pública e o do destino ou ineficácia do sistema de sancionamento.

A sanção já não evita o mal, mas pode evitar a sua repetição, se não dispensar outras técnicas jurídicas com maiores virtualidades no domínio da prevenção de lesões ambientais.

Queremos impedir que as compensações e sanções financeiras sejam orientadas para outros fins do Estado (que não os de política preventiva ou reparadora ambiental em geral ou, em concreto, se o agente poluidor não consiga remover por si os danos a reparar) e queremos admitir a comutação de coimas e multas por medidas alternativas voluntariamente propostas pelo infrator e que, eliminando as causas dos problemas, evitem a sua repetição.

Há que rever vários temas em que a actual legislação ambiental é deficiente, insuficiente ou incoerente: no âmbito do acesso à informação (princípio da transparência da administração ambiental), no da lógica desviante e em geral da ineficácia teleológica das sanções financeiras e o da inadequação de certas previsões criminais, o do regime jurídico do direito da água e da problemática do direito humano à água, o da degradação estético-cultural do ambiente urbano por demissão dos poderes administrativo e jurisdicional e o da ineficácia aplicativa do controlo integrado da poluição na indústria. Tudo domínios onde temos de agir.

Em geral, no âmbito do ambiente, defendemos a orientação quer das medidas que tenham a ver com o princípio poluidor-pagador quer do destino das sanções financeiras (coimas ou multas), assim como de indemnizações por danos ambientais, apenas e estritamente para fins da própria política do ambiente. E nunca para os cofres e despesas gerais das Administrações recaudatórias dessas verbas.

Queremos que o Estado cumpra com as suas obrigações-atribuições ou deveres constitucionalizados, mas sem fundamentalismos antissociais, designadamente em relação à protecção dos espaços naturais, cuja existência tem de ser compatível com o seu uso pelos residentes nessas áreas.



O ADN é contra qualquer fórmula de privatização da água. E opõe-se a medidas de fazer os utilizadores pagar taxas para compensar os desperdícios da água nas redes, alijando a tarefa e responsabilidade das entidades distribuidoras na boa gestão do sistema global.

Para o ADN, o tema da água, indissociável das preocupações com o direito humano à água, implica responder-se aos desafios atuais em termos de acesso das populações a ela e de controlo das ameaças sociais decorrentes das dificuldades no seu acesso, que não são apenas físicas, mas também económico-sociais.

Face à evolução no sentido da consagração mundial do direito humano à água, em doses mínimas fixadas pela organização mundial de saúde, há que interditar que se possa suspender o serviço de abastecimento de água a uma família por razões económicas, quando os recursos familiares não permitam cobrir o seu custo.

Face à privatização de sistemas de fornecimento de água no continente, entendemos que já devíamos ter passado para um debate nacional, e não meramente casuístico deste ou daquele município, sobre o enquadramento futuro do reconhecimento de um direito à água como direito de acesso à água potável em quantidades e qualidade suficiente para poder, satisfazer-se as necessidades do homem (usos humanos vitais, de que ninguém pode ser privado), e que está consagrado, em Portugal (na Lei da Água, em transcrição da Diretiva Europeia da Água), como um direito ao abastecimento suficiente, fisicamente acessível, a um custo razoável, de água salubre, para as utilizações pessoais e domésticas de cada um.

A nossa Constituição, embora sem consagração expressa de tal direito, aceita-o, integra-o sem mais, na medida em que a sociedade internacional o afirme, dado que ela manda integrar como direitos fundamentais todos os direitos humanos, inclusive de declaração com origem jusintergovernamental (cláusula constitucional de abertura e aplicação do seu estrito regime aos direitos humanos de fontes normativas, internas ou internacionais).

O conceito de suficiente traduz-se em “O abastecimento de água e a disponibilidade de saneamento para cada pessoa deve ser contínuo e suficiente para usos pessoais e domésticos. Estes usos incluem, habitualmente, beber, saneamento pessoal, lavagem de roupa, preparação de refeições e higiene pessoal e do lar.

Estamos, portanto, face a um direito universal, inalienável e interdependente, exigindo atuações para sua proteção e assumindo-se como vinculativo em termos de imposição de obrigações aos Estados e a outros actores.

O direito à água tem implicações concretas importantes: os serviços de água e saneamento têm de ser fornecidos a todos a preços razoáveis, embora tal não dispense os utilizadores de contribuir, financeiramente ou de outra forma, de acordo com as suas possibilidades.

Portugal tem de enquadrar legislativamente a questão da interdição de corte do abastecimento mínimo vital em caso de pobreza.

## LÓBI LGBT NAS ESCOLAS



O ADN Madeira recusa baixar os braços contra os abusos de um lóbi que se apoderou de uma causa justa e universal, nomeadamente, a luta contra a discriminação com base em orientações sexuais, para nos impor um programa extremista e radical orientado à destruição dos alicerces da nossa sociedade, que corrompe os valores da vida, da família, instiga ao ódio e à separação entre o homem e a mulher e tenta subverter a biologia, sob a capa de uma ideologia da identidade do género.

Queremos combater a doutrinação LGBTQIA+ que tem sido imposta às nossas crianças a nível nacional, mas que tem sido aceite de forma passiva pelo Governo Regional, pelo que, desafiamos o Dr. Miguel Albuquerque a ter coragem de assumir a nossa autonomia e os nossos valores e proibir o uso do guia que o Governo da República irá enviar a todas as escolas Madeira e do Porto-Santo, no qual é abordado, entre outras situações, a orientação sobre o nome autoatribuído de estudantes transgénero, algo que recusamos liminarmente.

Não existem crianças LGBTQIA+, isso é uma construção social de um lóbi do qual elas têm de ser defendidas e que tenta destruir os alicerces da nossa sociedade, corromper os valores da vida, da família, instiga ao ódio e à separação entre as pessoas, sob a capa da ideologia de género. As crianças não podem continuar a ser expostas a uma ideologia extremista que promove e convence-as a fazerem alterações ou mutilações genitais irreversíveis ao corpo e sexo biológico.

Os apoiantes desta ideologia têm usado as crianças como cobaias de uma programação ideológica, a fim de conseguirem impor algumas medidas educativas, como ser obrigatório que as escolas permitam às crianças ou adolescentes puderem escolher a casa de banho e o balneário de acordo com um género inventado e com o qual se identificam e não de acordo com o seu sexo biológico. Tal com é defendido no guia que o Governo da República quer impor às escolas a fim de doutrinar as nossas crianças.

Não aceitamos a imposição da ideologia de género nas escolas, porque não consentimos que as crianças sofram danos psicológicos/físicos graves e permanentes ou que fiquem à mercê de predadores sexuais ou que se tente normalizar uma ideologia demente, para que os adeptos dessa ideologia, que estão a ser auxiliados com milhões de euros oriundos dos nossos impostos, consigam concretizar os seus objectivos criminosos.

Os defensores da ideologia de género e do lóbi LGBT querem imporem às crianças e adolescentes uma ideologia demente e estão a ser auxiliados com milhões de euros oriundos dos nossos impostos para conseguirem concretizar os seus objectivos.





A “Agenda 2030” pretende acabar com a Família Natural, com a soberania nacional dos países e com a liberdade, a cultura, a identidade e os nossos valores morais e éticos, substituindo-os por “valores com a cor do arco-íris”.

Observemos os principais objectivos em curso:

- **Mito das alterações climáticas:** liderado pela adolescente sueca que apaga publicações de 2018 que fez nas redes sociais a afirmar que o mundo iria acabar em 2023...
- **Transumanismo:** o objectivo que pretende alterar a genética humana, fazendo com que os donos das tecnologias mais avançadas queiram fazer o papel de Deus e acabar com a nossa humanidade, trocando-nos por autómatos.
- **Redução da população mundial:** o seu apogeu aconteceu com a obrigatoriedade de inoculações experimentais em 2020 e continua com a imposição da Ideologia de Género às gerações mais novas, a qual tem como objectivo final eliminar a Família Natural e, conseqüentemente, reduzir ao máximo o número de nascimentos.
- **Descriminalização da Pedofilia:** este objectivo é o mais nojento e um dos mais perigosos de todos, mas é aquele que está mesmo prestes a ser concretizado, nomeadamente através de lóbis que defendem acerrimamente que os menores têm maturidade suficiente para decidirem mutilar-se de forma irreversível, modificando a sua própria biologia ou promovendo a sexualização precoce das crianças.

Recordamos que o lema da agenda 2030 é: “não terás nada e serás feliz”, por isso, a propriedade privada tem de ser expurgada de todos aqueles que ainda pensam pela sua própria cabeça.

Nesse sentido, relembramos que o Partido Socialista quer implementar um novo PREC no nosso país, afirmando que a propriedade privada não é assim tão privada.

E depois de nos despojarem de todos os bens que possuímos, o objectivo seguinte é retirarem-nos a possibilidade de circular para além de 15 minutos da nossa casa, porque falarmos com pessoas em locais diferentes que têm ideias iguais às nossas pode ser um problema para quem quer controlar a nossa vida.

Para que isso venha a ser uma realidade vão ter de implementar um sistema de controlo electrónico dos cidadãos como aquele que já existe na República Popular da China e similar ao que tivemos na Europa, com o passaporte electrónico digital durante a “pandemia”.

No final têm de eliminar o dinheiro físico e implementar o uso obrigatório das moedas digitais, que terão uma tabela de pontos atribuídos de acordo com o nosso comportamento e do qual farão depender a utilização do nosso próprio dinheiro.

Por tudo isto, temos de mudar o rumo da história e eliminar todos os Grupos aliados da Agenda 2030 do mundo, porque a elite somos nós, o cidadão comum, e não uma tropa de psicopatas que quer governar o planeta.

## SISTEMA ELEITORAL



O ADN defende que é fundamental evoluirmos para um sistema político que permita uma maior ligação dos cidadãos com os seus governantes.

Propomos a alteração do sistema actual, para um sistema que aceite opções partidárias, mas também de independentes. E, sobretudo, que devolva aos cidadãos o real poder de escolher os seus dirigentes políticos.

Defendemos, sobretudo, um novo sistema que permita opções personalizadas dos eleitores, quer com listas partidárias alteráveis pelos cidadãos (listas abertas).

Em geral, com votação em listas ou com votação diretamente em pessoas, o cidadão tem de poder escolher quem prefere e não meramente listas cegas, pré-cozinhadas, e totalmente bloqueadas pelos partidos.

O objectivo do ADN é construir um sistema em que se conjugue, sem ofensa ao princípio da igualdade de sufrágio, o mínimo afastamento possível dos eleitores por parte dos deputados e dos governantes, com possibilidade de escolha mais personalizada destes, sem prejuízo da máxima aplicação possível da proporcionalidade da representação parlamentar.

Defendemos a mais ampla liberdade de apresentação de candidaturas independentes autónomas dos partidos.

Os cidadãos devem poder apresentar candidaturas, a título individual a quaisquer órgãos públicos eletivos, sejam políticos (Assembleias Legislativas Regionais, Assembleia da República e Parlamento Europeu) ou administrativos (poder local-autarquias locais: regiões administrativas ou autárquicas, municípios e freguesias).

Opomo-nos a um sistema político que favoreça carreiras político-partidárias. Em vez de promover a actividade política como algo transitório e não profissionalizante. Um serviço à Comunidade com forte renovação de gerações e de quadros.

No que se refere ao sistema partidário e ao seu sistema de financiamento e relação dos partidos-deputados, muitos são os aspectos legais e as práticas que rejeitamos.

Temos uma excessiva e prejudicial partidarização da vida política corrente e em geral de todo o aparelho do Estado. Propiciando não só o tráfico de influências como a corrupção e a subordinação frequente em muitos domínios da intervenção pública a lógicas e critérios privados ou a interesses do partido do Governo e seus apoiantes.

Assistimos ao confisco de todo o sistema de poderes pelos homens dos aparelhos partidários instalados, muitos nados e criados em carreiras meramente partidárias, “doutores” em autoproclamadas “universidades” de Verão dos seus partidos. Sem qualquer formação especializada, sem atividade profissional sólida e autónoma da influência dos partidos.

Também queremos rever o estatuto político-partidário e as remunerações e imunidades dos deputados. Aqui, há muito a mudar.

Impõem-se reformas significativas dos estatutos dos deputados, em termos de mandatos ou de legitimação originária e também da permanente legitimidade funcional.

Há que promover uma nova solução de remunerações dos deputados. Que não os prejudique. Mas também não os privilegie. Nem estimule jogos de eternização em tais funções, impedindo a renovação dos agentes políticos e o mérito. Não se pode ir para a política para se enriquecer nem para se manter rico.

Os deputados, tais como os membros do governo, devem perder todas as imunidades e privilégios face à Justiça e às leis processuais aplicáveis em geral, com excepção dos casos relacionados com afirmações efetuadas no âmbito da crítica parlamentar ou sobre políticas e actuações dos próprios políticos e órgãos públicos.

Propomo-nos a abolição de todos os privilégios criminais, processuais dos agentes políticos a todos os níveis, desde deputados e autarcas, em matéria das suas vidas públicas e profissionais, alheias ao debate parlamentar e à liberdade de expressão e crítica.

Há que eliminar a especial proteção legal dos políticos. Permitir aos tribunais processar os membros do governo e membros do Parlamento, sem prazos de prescrição ou, pelo menos, sem decurso do prazo de prescrição dos crimes e de responsabilização em geral enquanto desempenharem cargos de autoridade.

Há que suprimir a faculdade dos titulares de cargos políticos e outros cargos públicos de, como testemunhas ou como suspeitos, prestarem declarações fora dos tribunais e dos meios previstos nas normas processuais gerais.

Entre os deveres dos deputados, queremos impor a publicitação periódica da sua actividade na Assembleia da Legislativa da Madeira e junto dos cidadãos, através da apresentação pelo próprio de um relatório mensal de produtividade.

Estas exigências sobre a transparência da vida política devem ser aplicadas nos exactos termos aos governantes e autarcas, com imediata publicação nos sites dos parlamentos nacional e regionais ou das assembleias municipais, enquanto órgãos de fiscalização dos executivos.

No que se refere ao funcionamento da Assembleia Legislativa da Madeira, não aceitamos votações de normas legais, em comissões fechadas ao público. Nem a fiscalização de comportamentos de entidades públicas à porta fechada. Nem mesmo, em princípio, audições de entidades particulares relacionadas com ilegalidades ou sobrecarga dos contribuintes, em opacas comissões de inquérito parlamentar. As entidades de investigação criminal e judiciais devem entregar às comissões de inquérito todos os processos que possuem já encerrados ou ainda activos desde que não estejam declarados em segredo de justiça.

Não aceitamos, em quaisquer comissões parlamentares de inquérito, que as maiorias governamentais as dominem nem que os seus relatores sejam dos partidos do governo, que sempre branqueiam as conclusões.

Não aceitaremos que os grupos de deputados de pequenos partidos ou de listas independentes não tenham regimentalmente consagrada a existência de tempos mínimos de expressão parlamentar em todos os temas em debate, que os seus projetos ou propostas no âmbito das tarefas de investigação do parlamento sejam marginalizados por força da maioria parlamentar ou que os seus representantes possam ser afastados de qualquer estrutura de trabalho parlamentar. Devendo ser-lhes concedidos tempos mínimos semanais que sejam razoáveis de modo a garantir que se possam expressar em qualquer assunto em debate.

## O ADN DEFENDE

---



- Negar a possibilidade de quaisquer alterações/revisões constitucionais que imponham o confinamento ou internamento de pessoa, por razões de saúde pública, sem uma decisão judicial prévia;
- Impedir que seja novamente introduzido o certificado digital de vacinação covid-19, ou qualquer outro com características similares, e recusar a obrigatoriedade de vacinação para efeitos de livre circulação e/ou permanência em edifícios estatais ou privados, bem como em estabelecimentos escolares, comerciais ou outros.
- Converter os actuais limites mandatórios de vento nas operações aéreas no Aeroporto da Madeira em limites recomendáveis, tal como já o foi no passado.
- Mudar o Porto de embarque do Funchal para quem quer viajar até Porto Santo, para o Porto do Caniçal.
- Garantir uma ligação marítima de mercadorias e passageiros entre a Madeira e o continente durante o Verão (entre Julho e Setembro).
- Pugnar para que a Região Autónoma da Madeira tenha direito a nomear um dos juízes do Tribunal Constitucional.
- Reverter a “Lei da droga”.
- Contratação de Guardas-Noturnos para diminuir a criminalidade na região.
- Acabar com a política de salários baixos que existe na função pública, bem como na disparidade de tratamento entre os altos cargos e os restantes trabalhadores da função pública.
- Assegurar meios aéreos de combate a incêndios, nomeadamente helicópteros e aviões, mas passando esta tarefa a ser desempenhada pela Força Aérea, em ordem a poupar as volumosas despesas que inexplicavelmente existem.
- Queremos trazer para a Madeira e Porto Santo eventos de projecção mundial, tais como o “Red Bull Cliff Diving World Series”, pelo que, tudo faremos para que este seja o primeiro evento a conseguirmos trazer para a nossa Região, a fim de projetarmos, ainda mais, por esse mundo fora, o nome da Região Autónoma da Madeira e ajudarmos a garantir mais empregabilidade e um turismo jovem.
- Profissionalização das todas as corporações de Bombeiros da Região Autónoma da Madeira, para não dependermos da boa vontade dos heróis que são os bombeiros voluntários.
- Combater a corrupção, em particular a corrupção activa.

- O ADN defende uma profunda reforma do sistema fiscal, pugnando pela abolição do IMI e do IMT, e uma redução substancial do IVA, do IRS e do IRC. Impõe-se uma nova política tributária, que deve ser concertada com o Governo da República.
- ADSE acessível para todos os trabalhadores, públicos ou privados.
- O ADN exige que, dada a natureza impactante da piscicultura na Madeira, se crie regulamentação rigorosa para garantir a protecção do ambiente marinho e a saúde dos consumidores, bem como garantir o monitoramento contínuo supervisionado por entidades independentes para avaliar os efeitos desta actividade e tomar medidas corretivas imediatas sempre que necessário.
- Pretendemos promover o convívio familiar e entre jovens através da prática de exercício físico ao ar livre, propondo fazê-lo através da criação ou requalificação de espaços desportivos destinados para o efeito e de acesso gratuito.
- legislar no sentido de proteger os consumidores que, sem se aperceberem dessa situação, adquirem produtos alimentares que contêm insectos, que estão a ser introduzidos na nossa alimentação como sendo uma suposta fonte alternativa de proteína.
- Defender em todas as instâncias nacionais e europeias que a União Europeia devia negociar com a OPEP para que a venda do “ouro negro” não fosse realizada apenas em dólares, mas também em euros, o que iria valorizar a moeda europeia e, com isso, teríamos uma preciosa ajuda para travar a subida da inflação e a consequente necessidade do aumento das taxas de juro do BCE.
- Legislar no sentido de protegermos o dinheiro físico (notas e moedas), pois é a única forma de inclusão financeira para todos aqueles que não utilizam ou não querem utilizar obrigatoriamente os serviços bancários.
- As IVG - Interrupções Voluntárias da Gravidez, que são realizadas sem ser por motivos clínicos ou de saúde, ou seja, que acontecem por mera opção da mulher grávida e não ao abrigo do previsto nas alíneas a) a d) do artigo 142.º do Código Penal, deixem de ser suportadas ou apoiadas financeiramente pelo SNS - Sistema Nacional de Saúde.
- Criar um espaço que albergue no mesmo edifício um Lar/Centro de dia para idosos e uma creche/infantário, ambos públicos, através do aproveitamento de edifícios públicos abandonados, em reconversão ou edificados de raiz com recurso a subsídios da União Europeia.
- Garantir o princípio da continuidade territorial.
- Fretamento pelo Governo Regional de aviões charter em determinadas alturas do ano.
- Recriar o sistema SIMplifica nas passagens aéreas de e para o continente.
- Reduzir os gastos com a frota automóvel do Governo Regional.

- Garantir que todos os estudantes têm direito a 2 viagens gratuitas por ano.
- Defesa de um salário digno que substitua o salário mínimo e indexá-lo ao máximo nacional que é praticado na Região Autónoma dos Açores.
- Combater a imigração ilegal.
- Pugnar pela redução do uso do digital no ensino escolar, principalmente no 1.º e 2.º ciclo.
- Criar uma sociedade desportiva, na qual o governo seria o principal acionista, integrando na administração da SAD os presidentes do Marítimo, do Nacional e do União, tornando-se o único representante da Região no futebol profissional.
- Combater o lóbi LGBT nas escolas.
- Criar uma plataforma online com o intuito de informar os consumidores sobre qual o preço justo dos bens e produtos essenciais e na qual também seja possível visualizar os preços que são praticados nas grandes superfícies comerciais de toda a Região Autónoma da Madeira.
- Reduzir as listas de espera dos hospitais, bem como melhorar a qualidade e quantidade de todos os serviços públicos.
- Promover uma melhor ligação entre as empresas e os serviços públicos de emprego para acelerar a inserção laboral e eliminar ineficiências no mercado de trabalho.
- Promover um plano de modernização do comércio, promoção do artesanato tradicional e promoção dos mercados municipais.
- Criar uma “task force” para acabar com a pandemia de recibos verdes que assola a Região Autónoma da Madeira.



**DIA 24 DE SETEMBRO**  
**VOTA ADN**